

DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: considerações a partir do curso de extensão da UNESPAR/Apucarana

Kamila Cristina da Silva Teixeira¹
Luciane F. Zorzetti Maroneze²
Júlio César Martins³
Vitória Regina da Silva⁴

RESUMO

Este estudo busca propor algumas reflexões sobre as mudanças ultraneoliberais implementadas na Política de Assistência Social brasileira nas últimas décadas e os influxos no trabalho do assistente social. Tratam-se de mudanças que têm reforçado o gerencialismo, a redução de orçamento público e reacendido tendências conservadoras no trato da proteção social. Apoiado em uma análise preliminar das atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão, ofertado pelo Curso de Serviço Social da UNESPAR/ Campus Apucarana, voltado à capacitação continuada de assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social, seu objetivo é apresentar algumas sínteses construídas a partir das interlocuções estabelecidas com estes profissionais. Elas apontam que os desafios impostos às condições de trabalho dos assistentes sociais têm travancado a construção de respostas profissionais na direção do projeto profissional, fazendo com que as ações rotineiras e simplificadas presentes no trabalho profissional sejam muitas vezes tomadas como expressão última desse trabalho.

Palavras-chave: Assistência Social; SUAS; Trabalho profissional

ABSTRACT

This study seeks to propose some reflections on the ultraneoliberal changes implemented in the Brazilian Social Assistance Policy in recent decades and the influences on the work of the social worker. These are changes that have reinforced managerialism, the reduction of the public budget and rekindled conservative trends in dealing with social protection. Supported by a preliminary analysis of the activities carried out in the Extension Project, offered by the Social Service Course at UNESPAR/ Campus Apucarana, aimed at the continued training of social workers who work in the Sistema Único de Assistência Social, its objective is to present some syntheses constructed from the dialogues established with these professionals. They point out that the challenges imposed on the working conditions of social workers have hindered the construction of professional responses in the direction of the professional project, making the routine and simplified actions present in professional work to be often taken as the ultimate expression of this work.

Keywords: Social Assistance. SUAS. Professional work.

¹ Docente do curso de Serviço Social da UNESPAR-Apucarana. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense.

² Docente do curso de Serviço Social da UNESPAR-Apucarana. Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

³ Graduado em Serviço Social pela UNESPAR-Apucarana e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

⁴ Acadêmica do curso de Serviço Social pela UNESPAR-Apucarana. APOIO

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como ponto de partida as reflexões realizadas a partir dos relatos de experiências apresentados nas oficinas temáticas promovidas pelo Curso de Extensão intitulado “O projeto profissional do Serviço Social: reflexões acerca da instrumentalidade no cotidiano profissional”, ofertado pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/ Campus Apucarana no segundo semestre do ano de 2022.

Assim, o objetivo é apresentar algumas sínteses construídas a partir das interlocuções estabelecidas com os assistentes sociais que atuam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, vinculados a instituições públicas e ou privadas, da Política de Assistência Social situados no Município de Apucarana, bem como nos municípios de abrangência da Universidade. Nesse sentido, consideramos para a reflexão as mudanças que atravessam a política de Assistência Social em um contexto de hegemonia ultraneoliberal. Tais mudanças descaracterizam e inviabilizam esta política setorial na perspectiva da assistência social pensada, na Constituição Federal de 1988, como parte integrante do tripé da seguridade social.

Sendo assim, o foco é problematizar os limites e desafios que se reproduziram no âmbito da política de Assistência Social nas duas últimas décadas e os influxos que impactam na intensificação do gerencialismo produtivista sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais que atuam no SUAS, o qual apresenta as seguintes características: reforça uma lógica pautada no cumprimento de metas; e na assimilação de procedimentos gerencialistas de benefícios assistenciais, que são formulados geralmente por modelos padronizados de avaliação.

Nessa direção, buscamos também problematizar a distinção de conteúdo entre as demandas e requisições institucionais e as atribuições e competências profissionais, no sentido de trazer para o centro às determinações das políticas sociais sobre a profissão. Ademais, refletir sobre as mediações mobilizadas na construção das respostas profissionais, entendendo que atuamos, mas, “nem sempre identificamos os fundamentos sócio-históricos que determinam as demandas institucionais e a dos usuários” (GUERRA, 2019, p. 116).



Quanto aos procedimentos metodológicos, cabe explicitar que se trata de um estudo qualitativo, com duas dinâmicas investigativas associadas: revisão teórico-bibliográfica e observação participante nas oficinas do Curso de Extensão. Para contemplar o objetivo aqui delimitado, organizamos a estrutura do texto em duas sessões. Na primeira, procuramos situar a política de Assistência Social no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enfatizando os desafios e dilemas para a sua concretização como mecanismo de proteção descentralizado, participativo e voltado para a garantia de direitos. Na segunda, buscamos apresentar considerações sobre o trabalho do/a assistente social na política de Assistência Social a partir do diálogo com profissionais inseridos no Curso de Extensão da UNESPAR-Apucarana. Por fim, apontamos algumas considerações finais.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SUAS: DILEMAS ATUAIS PARA PENSAR O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Inicialmente, é importante considerar que a política de assistência social deve ser pensada e analisada nos marcos da seguridade social, assim como está instituída na Constituição Federal de 1988. Isso porque a inserção dessa política setorial no tripé da seguridade, formado também pelas políticas de saúde e previdência social, apresenta um grande avanço na medida em que definiu a assistência social enquanto política pública, de responsabilidade do Estado e direito social. Este avanço é fruto de um movimento histórico e de luta por transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no período de democratização do país e das reivindicações sociais pelo “direito a ter direitos” (Dagnino, 2000), visando o enfrentamento das profundas desigualdades e no sentido de promover a justiça social.

Neste sentido, vislumbrou-se a conformação de um modelo de proteção social em direção à universalidade por meio da saúde como política universal; a previdência social, contributiva, voltada para os segurados; e a assistência social, não contributiva, destinada a quem dela necessitar. Além de consolidar a assistência social no âmbito da proteção social, a Carta Magna também estabeleceu outros elementos importantes: a descentralização e a participação da população no processo de formulação e controle da política (BRASIL, CF, 1988).

PROMOÇÃO



APOIO



Assim, de acordo com Couto, a política de assistência social assumiu um caráter inovador a partir dos seguintes aspectos:

- a) a sua definição como política social; b) a definição de que é possível existir provisão social sem que, para isso, seja necessário a contribuição financeira de quem é demandatário da política; e c) o seu caráter universalizante, colocando-a no rol de integração com as demais políticas sociais e principalmente econômica (Couto, 2008, p.167).

Este modelo buscou romper com características históricas da assistência social como política fragmentada, assistencialista, clientelista e marcada pelo primeiro-damismo. No entanto, esse avanço colidiu com a crise do capital e suas estratégias nefastas de estabilização, bem como com a crise econômica nacional e a ofensiva neoliberal implantada no Brasil na década de 1990 como alternativa conservadora para seu enfrentamento. Assim, a concepção e operacionalização da assistência social, como proposta na Constituição Federal de 1988, foi colocada em xeque e vem passando por diversas transformações e desafios para a sua concretização.

Ainda na década de 1990, alguns elementos foram fundamentais para inviabilizar esse modelo pensado para a política de assistência social proposto pelo conceito constitucional de seguridade social. De forma particular, o primeiro se refere ao fato desta área ter passado por uma “regulamentação tardia” (Couto, 2008) e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ter sido marcada por conflitos e alterações que “deformaram, em muitos aspectos, a proposta original que contemplava as históricas demandas da sociedade por Assistência Social” (Mota *et al.* 2010, p.187). Tal processo incidiu negativamente sobre a institucionalização da política de assistência e sua forma de financiamento.

E o segundo diz respeito ao privilégio, por parte de Fernando Henrique Cardoso, por ações fragmentadas, focalizadas e em parceria público/privada em detrimento da implantação da LOAS. Isso promoveu um significativo retrocesso ao exaltar antigas características da assistência social, tais como: assistencialismo, caridade, voluntariado, primeiro-damismo e a “refilantropização da assistência”, como bem definiu Yazbek (1995). Behring destaca que essas incitativas tinham como público-alvo as “vítimas mais visíveis do ajuste fiscal neoliberal, isto é, políticas para os/as mais pobres dentre os pobres – os mais ‘vulneráveis’, excluídos/as ou em situação de risco” (Behring, 2011, p.88).

PROMOÇÃO

APOIO



Se conjuga a estes elementos particulares o processo de privatização e mercadorização das políticas de saúde e previdência social na medida em que elas também foram submetidas à contrarreforma neoliberal e ao ajuste fiscal. Tal processo contribuiu para o desmonte da seguridade social brasileira e a conformação de um padrão de proteção social baseado na “privatização, focalização/seletividade e descentralização”. Este padrão é totalmente avesso a proposta constitucional de formação de uma “rede de proteção ampliada, coerente e consistente” (Behring e Boschetti, 2008, p.158) formada pelas políticas de saúde, previdência e assistência social. Diante disso, observamos que, na década de 1990, inicia um processo patente de

investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira, momento em que explicita a sua ideologia de enfrentamento da questão social: a mercantilização de serviços sociais vis-a-vis com a expansão de políticas sociais compensatórias (Mota *et al.*, 2010, p.185).

É consenso na literatura da área que a partir de 2004 abre-se um novo horizonte para a assistência social brasileira a partir da criação de uma institucionalidade favorável à sua implementação como política pública. Behring (2011, p. 86) denominou este processo de “choque de gestão e regulação” objetivado pela criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) de 2005 referente à gestão; e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de 2006.

De fato, isso representou uma inovação no campo da assistência social na medida em que atuou no sentido de implementar a LOAS, reforçando o caráter público e como direito da assistência social. Além disso, a PNAS definiu os estágios de proteção ao instituir a proteção social básica e a proteção especial, com vistas a “garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio e vivência familiar” (BRASIL, 2004, p.31). Ademais, instituiu o SUAS, que se configura como um modelo de gestão descentralizado e participativo, voltado para organizar e regular as ações socioassistenciais em todo território nacional (BRASIL, 2004, p.39). A criação desta institucionalidade, que viabiliza a execução da Política de Assistência Social, representou a possibilidades de avanços, tais como: a superação da histórica cultura

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

assistencialista brasileira marcada pela ideologia do favor, da ajuda, da dádiva; e da ideologia da caridade e do primeiro-damismo por meio da criação de aparatos técnicos para direcionar a ação profissional na Assistência Social (Mota *et al.*, 2008, p.190-191).

Em que pese estes avanços que o SUAS representa na área da assistência social, ele convive com uma série de desafios. Um deles no âmbito da própria PNAS de 2004. Campos e Ferraz (2020, p.17) chamam atenção para o fato dela carregar em seu bojo elementos conservadores que reforçam a assistência social como política individualizada e com foco no combate à pobreza como forma do cumprimento da agenda dos organismos multilaterais imposta aos países em desenvolvimento. Algumas concepções presentes na PNAS justificam esta afirmação, tais como: vulnerabilidade, autonomia, emancipação, protagonismo etc.

Ademais, a centralidade da família pode “reforçar o individualismo, o *familismo*, a responsabilização dos indivíduos pelas mazelas que vivenciam, a culpabilização por não serem *protagonistas*, por não alcançarem a tão aclamada *emancipação* e o *desenvolvimento de capacidades*” (Campos e Ferraz, 2020, p.19). Diante de forças políticas e econômicas conservadoras e de hegemonia ultraneoliberal, essas perspectivas se tornam centrais apontando para uma fase da assistência social denominada por Campo e Ferraz (2020, p.19) de “*choque normativo reacionário*”.

Outro desafio se refere ao financiamento, que torna inviável a implementação do SUAS como pensado e os princípios e diretrizes da PNAS construídos em consonância com os ideais de luta da classe trabalhadora. Ainda nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi possível perceber um parco investimento na seguridade, em geral e na assistência social, em particular se compararmos os gastos públicos com o pagamento da dívida pública em um contexto de “ajuste permanente”, visando atender aos interesses do mercado financeiro (Behring, 2021). Nesse sentido, Behring (2011) nos lembra que o crescimento do orçamento da seguridade social no período foi ínfimo, embora a assistência social tenha sido a política com maior investimento neste âmbito. Isso impulsionou a sua ampliação, transformando-a em um “fetiche de enfrentamento à desigualdade social”. Assim, ela passou a ser definida como a principal política de proteção social no Brasil (Mota, 2008, p. 134).

PROMOÇÃO



APOIO

No entanto, o orçamento da assistência social tem sido distribuído privilegiando os programas de transferência de renda em detrimento do SUAS e dos programas, ações, projetos, infraestrutura e recursos humanos que promovem a sua materialidade (Mota, 2008; Behring, 2011; Behring, 2021). Behring (2011) chama atenção para o fato de que o “[...] SUAS tem sido corroído e o nó central está na questão do financiamento” (Behring, 2011, p. 89). Isso aponta para a promoção, expansão e a centralidade programas focalizados e seletivos, engendrando “um outro desenho à política de Assistência Social” (Mota, 2008, p.134).

A questão do financiamento foi aprofundada a partir do golpe sofrido pela presidente Dilma em 2016, com apoio do parlamento, do judiciário, da grande mídia e das elites brasileiras. Segundo Behring (2021), o golpe proporcionou o retorno dos “ridículos tiranos” ao poder e inaugurou um novo período do neoliberalismo no país adequado aos interesses do capital. Desde então, houve o aprofundamento do desvio de recursos para o financiamento do SUAS, gerando o desmonte dos equipamentos, programas, projetos, bem como a precarização do trabalho dos técnicos que atuam nos serviços operacionalizados pelo Sistema.

Tal processo teve início com o governo de Michel Temer, que adotou uma série de contrarreformas que provocaram impactos deletérios no campo das políticas públicas e nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Nesta direção, cabe destacar a instituição da Emenda Constitucional (EC) 95, que congelou os gastos sociais por vinte anos com o argumento da austeridade dos gastos públicos em relação aos serviços sociais para o amortecimento e pagamento dos juros da dívida pública. E a instituição da EC 93 que prorrogou a DRU até 2023 e elevou sua porcentagem de desvinculação de impostos e contribuições para 30%, priorizando a política econômica e causando sérios prejuízos para as políticas sociais (Behring, 2021).

Outro aspecto que contribuiu para o desmonte do SUAS no período em questão foi a criação do Programa Criança Feliz pelo governo ilegítimo. Tal programa consumiu um montante significativo do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e teve um aumento do recurso para sua implantação, mesmo diante do teto de gastos estabelecido pela EC 95 que “agudiza a retirada de recursos das políticas sociais” (Boschetti e Teixeira, 2019, p. 83). Assim, observamos o retorno à velha política de



assistência social e a expansão da focalização (primeira infância) na medida em que se privilegia um programa com caráter assistencialista e marcado pelo primeiro-damismo, indo na contramão da lógica da política de assistência social como direito, da PNAS e do SUAS (Boschetti e Teixeira, 2019; Campos e Ferraz, 2020).

O aprofundamento do desmonte do SUAS foi promovido pelo governo de Bolsonaro, com perfil ultraneoliberal, conservador e com traços fascistas, voltado para privilegiar os interesses das elites burguesas em detrimento dos anseios da classe trabalhadora. Segundo Castilho e Lemos (2021, p.274), a “[...] ideologia antiestado presente no governo de Bolsonaro esgarça e fragiliza ainda mais o que restou do sistema de proteção social” por meio da intensificação do ajuste fiscal. Nessa direção, mais especificamente na área da assistência social, o Executivo Nacional instituiu mecanismos que levaram a agudização desta política setorial, sendo eles: a publicação em 2019 da Portaria n. 2362/2019, pelo Ministério da Cidadania, que retirou cerca de 40% dos recursos federais da política de assistência social, inviabilizando a operacionalização dos serviços socioassistenciais; e a criação de atos normativos voltados para o aniquilamento dos mecanismos democráticos de participação social: os conselhos de direitos (Idem).

Em contrapartida, como forma de conter os impactos negativos da pandemia do Coronavírus e com forte pressão do parlamento, o governo aprovou o Auxílio Emergencial no valor para R\$ 600,00 e liberou um montante significativo de recurso para o fortalecimento das atividades do SUAS, contudo, seu foco central foram os Benefícios Eventuais (Castilho e Lemos, 2021). Além disso, às vésperas das eleições de 2022, implantou o Auxílio Gás como política eleitoreira. Assim, reforçando, mais uma vez, o caráter assistencialista impresso ao SUAS e a focalização da política de assistência social nos programas de transferência de renda, sobretudo, diante do desmonte do mercado de trabalho; do aumento do desemprego e da informalidade; do crescimento exponencial da pobreza e da miséria no país; e da destruição dos direitos sociais⁵.

⁵ Não se pode esquecer que o orçamento da Assistência Social definido por Bolsonaro para o ano de 2023 era ínfimo, o que inviabilizava a implementação desta política social. Contudo, Lula foi eleito no pleito de 2022, favorecendo a visualização de um novo cenário para as políticas sociais no Brasil, embora muitos desafios estejam colocados. Nos primeiros meses do governo, houve um aumento do orçamento do SUAS com a previsão de 2,2 bilhões para a sua reconstrução e o fortalecimento da rede



Dito isto, vale considerar que os desafios e dilemas postos à política de Assistência Social vão impactar no trabalho profissional de assistentes sociais e esta questão será discutida no item a seguir a partir da experiência da extensão desenvolvida pelo Curso de Serviço Social da UNESPAR- Apucarana.

3. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA OBSERVAÇÃO DO GRUPO DE EXTENSÃO

Com base nas discussões tecidas acima, observa-se que atrelada ao ideário neoliberal, a tendência direcionada à organização e implementação da política de Assistência Social brasileira tem sido marcada por grandes desafios, entre os quais, destacamos aqui a redução de recursos públicos no financiamento da política, o caráter mais restritivo para acesso aos programas sociais, a focalização e gerenciamento da pobreza, com foco exclusivo nos programas de transferência de renda.

Cabe destacar, como observa Raichelis (2011), se este é um desafio para toda a administração pública brasileira, em razão das complexas questões que atingem o mundo do trabalho e as políticas públicas no cenário atual, quando nos reportamos a assistência social esses desafios assumem características específicas justamente pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e ainda com as marcas da cultura autoritária, patrimonialista e assistencialista.

Trata-se de uma realidade que, segundo Raichelis (2011), está presente na maioria dos municípios brasileiros que, sendo de pequeno porte, contam com frágeis estruturas institucionais de gestão, rotinas técnicas e administrativas incipientes, com recursos humanos deficitário e pouca qualificação, além da grande dependência das transferências financeiras federais e estaduais. É importante situar esses aspectos, ainda que de modo sumário, porque eles ajudam a entender os processos sociais que, articulados a outros, estão colocados no âmbito da política de assistência social e do trabalho dos assistentes sociais que atuam nos diversos equipamentos públicos e

socioassistencial. Informação disponível em: < <https://pt.org.br/governo-lula-libera-r-170-milhoes-para-politicas-sociais-em-estados-e-municipios/> > Acesso em: 14/06/2023.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

organizacionais da assistência social, como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Casa Abrigo, Casa Lar, Centros de Convivência, Centro Pop, Residência Inclusiva, Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial.

O trabalho desenvolvido a partir do Curso de Extensão têm apontado os desafios presentes nesses espaços. É importante destacar que o Curso foi proposto com o objetivo de oferecer um espaço de diálogo e capacitação dos/as assistentes sociais que atuam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais vinculados a instituições públicas e ou privadas situadas no Município de Apucarana, bem como nos municípios de abrangência da Universidade, os quais compõem a Região do Vale do Ivaí.

A proposta visa estabelecer interlocuções teórico-metodológicas no sentido de problematizar o trabalho profissional, possibilitando tanto a qualificação dos processos interventivos desses profissionais, quanto a retroalimentação do projeto de formação profissional, o qual preconiza a relação intrínseca entre trabalho e formação, entendendo que esta relação “favorece uma nova forma de realização das mediações, que deve perpassar toda a formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 63).

Para execução e organização das atividades, foi proposto como recurso metodológico o desenvolvimento de oficinas temáticas, realizadas mensalmente e de forma presencial no Campus da Universidade. A indicação dos temas considerou o levantamento das demandas apresentadas pelos profissionais relacionadas aos desafios presentes no cotidiano profissional. Cabe destacar que o Curso iniciou com 35 assistentes sociais inscritos, todas do gênero feminino, preenchendo o quantitativo de vagas ofertadas. Desse total, atualmente 23 estão participando com regularidade.

Em relação ao perfil das profissionais, 62% possuem idade entre 25 a 34 anos e 24% possuem de 35 a 44 anos. Considerando essa faixa etária é possível afirmarmos que a maioria das participantes vivenciaram em seu processo formativo a direção crítica do projeto profissional, configurando, portanto, uma base profissional que tem como fundamento as contradições da realidade social como constitutivas do Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No tocante à atuação profissional, 81% atuam em instituição pública municipal e 19% em instituições estaduais. Do percentual total, 82% são efetivas e 17% possuem vínculo temporário de trabalho. Esses dados expressam uma correspondência com os dados apresentados na Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social no período de 2016 a 2029, que aponta que ainda se mantém as formas públicas como o principal meio de acesso ao emprego pelas/os assistentes sociais (CFESS, 2022).

De acordo com a pesquisa, quase 60% das/os assistentes sociais estão empregadas/os no setor público (59,8%), com predominância da esfera municipal (43,59%), seguida da estadual (11,01%) e federal (5,20%). Entretanto, a própria pesquisa chama atenção pelo fato de que pouco mais da metade dos profissionais ingressaram por meio de modalidades públicas.

No Paraná, a exemplo de outros estados, a pesquisa revela que do total de 1.992 assistentes sociais que responderam a pesquisa, 1.223 (61,40%) ingressaram por meio de concurso público. Isso expressa a tendência que tem ocorrido de desqualificação daquilo que é público e da narrativa que atribui uma suposta eficiência ao setor privado.

Como revela a pesquisa do CFESS (2022) milhares de vagas não preenchidas nas administrações públicas das três esferas de poder implicam em uma maior sobrecarga às/aos trabalhadoras/es e intensificação das atividades a partir da pressão de demandas crescentes que se acumulam. Esse dado é visualizado nos relatos dos assistentes sociais participantes do curso de extensão. Dentre as dificuldades identificadas no exercício profissional, foram apontadas as seguintes: quadro de profissionais insuficientes; alta demanda de trabalho; trabalho reduzido ao atendimento imediato; acúmulo de funções; demandas institucionais que ignoram as prerrogativas da profissão; hierarquia institucional que interfere na limitação do trabalho profissional; escassez de tempo para reflexões e sistematização de dados.

Certamente que essas dificuldades, que não se descolam dos aspectos mais gerais que caracterizam as condições objetivas de trabalho na sociedade capitalista, influem no trabalho profissional e na construção de respostas profissionais, em

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



consonância com os preceitos e valores ético-político estabelecidos no projeto profissional.

Consideramos importante que, na problematização dessas condições de trabalho, alguns pontos precisam ser melhor refletidos, posto que não estão desconectados das relações que tendem a corroborar tanto na intensificação e desqualificação do trabalho profissional, quanto no tensionamento dos limites que se colocam no cotidiano do trabalho.

Com base nas discussões encaminhadas nas oficinas e considerando a sistematização dos registros, verificamos que a precarização das condições de trabalho tem sido algo recorrente nas falas das profissionais. Entretanto, outro aspecto evidenciado é a fragilidade na concepção de profissão, o entendimento claro entre a política de assistência social e a profissão. E aqui Guerra (2019, p. 121) nos faz uma alerta ao formular a seguinte questão: “Em que medida os conteúdos das políticas sociais têm se tornado o conteúdo da profissão?”

Tal questão se expressa no relato de muitos assistentes sociais que explicam o exercício profissional basicamente a partir da gestão dos benefícios eventuais e na rotina dos procedimentos que acionam para operacionalização desses benefícios. Os atendimentos individuais, as visitas, o preenchimento de cadastros, encaminhamentos etc. estão inseridos no rol de atividades. Pouca menção se faz às atribuições que não remetem ao atendimento direto com o usuário, tais como: planejar, formular políticas e desenvolver pesquisas para subsidiar as ações profissionais.

E aqui cabe outra questão, ao reconhecer o exercício profissional a partir desses elementos há também uma dificuldade de identificar a intencionalidade que buscam para a ação, pois os valores ético-políticos que norteiam o trabalho profissional dificilmente são apontados nos relatos.

A problematização dessas questões nas oficinas tem impulsionado a refletir a respeito de que as políticas sociais requisitam um padrão técnico-operativo para mobilizar sua gestão. Requisitam, segundo Guerra (2019, p. 116), “respostas instrumentais que tenham a capacidade de solucionar as situações imediatas, emergenciais, ainda que pontuais e focalizadas naquilo que a instituição elege como prioridade”.

PROMOÇÃO



APOIO





Nesse sentido, a lógica que orienta e permeia as políticas sociais aponta para um determinado padrão de intervenção orientado frequentemente para o cumprimento de respostas imediatas, protocolar, que não exigem muita reflexão. Segundo Guerra (2023, p.51), trata-se de entender que, na sua atual configuração, tais políticas têm sido implementadas pela via de procedimentos formal-abstratos, cuja racionalidade se expressa na tendência de classificar e categorizar a condição social dos sujeitos para serem inseridos em uma das políticas/programas sociais fragmentadas.

Faz parte dessa lógica o perfil fiscalizador, os procedimentos orientados por uma postura de “ajuste” nos comportamentos “inadequados” dos usuários, e a identificação dos dados geralmente com a finalidade de controle e cumprimento de procedimentos burocrático-formais. Complementando essa questão, Guerra (2029, p. 122) adverte que

A incidência da lógica das políticas no trabalho profissional se vale dos sistemas, cuja aparência de neutralidade dá à profissional a segurança e a ilusão necessária de “estar realizando” seu projeto profissional com competência, porque está sintonizado aos resultados esperados, estabelecidos nos manuais e normas operacionais.

Outro aspecto limitador é a dificuldade de o profissional imprimir e potencializar suas ações a partir dos valores ético-políticos comprometidos com o projeto profissional, o que influi no tensionamento das relações para além do que está instituído, comprometendo as possibilidades de negociações e disputas.

Diante disso, depreende-se que uma atuação articulada aos princípios que fundamentam o projeto de profissão traz a clareza, o discernimento para a atuação profissional, pois implica em uma outra perspectiva de apreensão da realidade e da profissão. Posto isso, um ponto que nos chamou atenção nas oficinas refere-se ao plano de trabalho profissional. Das 35 assistentes sociais inscritas, apenas 4 (11,4%) informaram possuir plano de trabalho. E aqui, cabe algumas reflexões. Segundo Couto (2009, p.653) a necessidade de clareza do plano de trabalho coloca-se sobre vários ângulos, um deles diz respeito ao fato de que o plano possibilita o reconhecimento, por parte do profissional, daquilo que lhe compete. Isso ajuda a discernir o projeto institucional do projeto profissional.

Outro aspecto apontado pela autora é que o plano é um importante instrumento para o trabalho com outros profissionais e estabelece parâmetros que servem para

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



balizar o entendimento da profissão pela instituição que o/a contrata. Assim, longe de se estabelecer como um manual ou um instrumento protocolar, o plano de trabalho cria condições adequadas para o profissional analisar seu trabalho, os limites e as possibilidades de intervenção. Nele se explicitam os fundamentos teóricos que vão dar concretude ao trabalho. Entretanto, trata-se de um instrumento vivo e dinâmico que carece de uma exigência e esforço teórico por parte do profissional em se dedicar à tarefa de sua elaboração e permanente revisão.

3. CONCLUSÃO

O que temos concluído até o momento, a partir da sistematização e reflexão dos dados obtidos nas quatro primeiras oficinas do curso de extensão, é que o curso de extensão vem cumprindo com seus objetivos no sentido de problematizar alguns dos impasses e dilemas identificados no cotidiano profissional, dentre eles, a precarização das condições de trabalho; a falta de clareza entre a política social e a profissão; o não reconhecimento do seu fazer profissional a partir do projeto ético-político; e a não percepção de quais conhecimentos habilitam essa profissão. Isso tende a levar o desempenho de ações que não são competências e atribuições de assistentes sociais e/ou abrir espaço para que, diante da desespecialização, outros profissionais se reconheçam no direito de fazer. Como estratégia, vale destacar a importância da elaboração/revisão do plano de trabalho que pode auxiliar a/o assistente social discernir a lógica da política de assistência social e a lógica crítico-dialética que orienta o projeto profissional; e sistematizar as ideias, alinhando o trabalho profissional à direção social proposta pelo projeto ético-político no sentido de desenvolver estratégias de intervenção críticas, criativas e qualificadas. Por fim, ressaltamos a importância da universidade na oferta desses cursos de extensão que possibilitam a formação continuada dos profissionais e a aproximação com a realidade do trabalho profissional, a qual é fundamental para pensar as atuais tendências que influem nas demandas, no mercado de trabalho profissional e no modo pelo qual os assistentes sociais interpretam a realidade e o seu trabalho.

PROMOÇÃO



APOIO





REFERÊNCIAS

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. V. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS**. Brasília, 2011.

BEHRING, E. R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BOSCHETTI, I. V.; TEIXEIRA, S. O. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. L. (Orgs.) **Crise do Capital e o Fundo Público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

CAMPOS, N. L.; FERRAZ, J. Assistência Social, Crise e Contrarreformas: inflexões entre o velho e o novo. **Temporalis**, n. 39, ano 20, 2020.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repressões na seguridade social brasileira. **Katálysis**, v. 24, n. 2, 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.) **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

DAGNINO, E. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

GUERRA, Y. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas públicas ou para as políticas sociais? In: Guerra, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social**: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019, p. 107-128.

_____. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M, ANACLETO, T. F. **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs). Belo Horizonte: CRESS, 2023, p. 43-58.

MOTA, A. E. A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.) **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. et al. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (Org.) **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, R. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

YAZBEK, M. C. A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. In: **Cadernos Abong**, n. 3. São Paulo: Abong, 1995:7-18.